EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Informações Trimestrais (ITR) em

Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2021 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22(c) às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação aos inquéritos em andamento. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 1SP217518/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

-	(Em	milha	res	de	reais	-	R\$)	

	Nota	Contr	oladora	Cons	olidado		Nota	Contr	oladora	Cons	olidado
ATIVO	Explicativa	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>Explicativa</u>	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.639.020	5.818	3.241.440	1.342.219	Fornecedores		6.376	265	151.522	135.521
Aplicações financeiras	6	-	260	-	51.791	Empréstimos e financiamentos	15	1.256.084	135.522	1.351.234	485.975
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	71.187	62.532	Debêntures	16	150.007	149.563	1.980.481	1.092.648
Clientes	8	-	-	221.718	183.607	Arrendamentos a pagar	17	518	86	18.439	23.412
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		209.565	.		-	Impostos, taxas e contribuições a recolher		187	62	55.107	53.204
Tributos a recuperar		1.028	1.414	61.825	58.456	Obrigações sociais e trabalhistas		8.908	9.419	86.210	86.540
Despesas antecipadas	4.0	1.279 580	506 373	20.679 1.259	13.443	Partes relacionadas	18	-	-	22.575 97.715	9.888 93.086
Partes relacionadas	18	11.096	11.957	11.096	11.957	Obrigações com Poder Concedente	21.a)	-		18.993	24.970
Outros créditos - Venda participação	_	11.090	11.95/		11.937	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.c)				
Outros créditos - conta reserva - Ecovias dos Imigrantes	9			616.104	-	Provisão para manutenção	19			219.080	262.142
Outros créditos		2.195	2.269	49.400	26.082	Provisão para construção de obras	20			27.230	1.618
Total do ativo circulante		1.864.763	22.597	4.294.708	1.750.088	Acordo de Leniência		3.924	3.900	76.356	97.870
						Acordo de Não Persecusão Cível - ANPC	22.d)	28.952	26.450	28.952	26.450
NÃO CIRCULANTE						Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	10.407	10.601
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	68.182	64.957	Outras contas a pagar	22.a)	2.619	2.616	116.653	114.774
Tributos diferidos	14.a)	-	-	270.713	252.704	Total do passivo circulante		1.457.575	327.883	4.260.954	2.518.699
Depósitos judiciais	10	2.638	2.666	208.960	209.082						
Partes relacionadas	18	5.364	5.304	-	-	NÃO CIRCULANTE					
Despesas antecipadas		-	-	3.706	6.087	Empréstimos e financiamentos	15	-	1.107.841	1.516.791	2.539.369
Outros créditos - Venda participação		46.509	51.554	46.509	51.554	Debêntures	16	-	-	4.399.430	4.340.123
Outros créditos		12.681	12.748	19.590	20.642	Arrendamentos a pagar	17	930	-	19.330	16.990
Tributos a recuperar		-	-	15.750	15.558	Tributos diferidos	14.a)	-	-	727	1.551
Ativo sujeito à indenização		-	-	181.359	134.278	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	23	42	-	261.754	239.058
Investimentos:	44 3 13	1 512 040	1 420 026	_	166	Provisão para manutenção	19	-	-	212.866	193.812
Em controladas e coligadas	11.a) e .b)	1.512.940	1.420.826	-	166	Provisão para construção de obras	20	-	-	13.046	38.097
Ágio	11.c)	40.184	40.441	400.000	422.002	Obrigações com Poder Concedente	21.a)	- 17.272		1.362.035	910.275
Imobilizado	12	1.811	1.714	423.377	433.083	Acordo de Leniência			17.039	81.163	84.186
Intangível	13	2.142	176	8.724.626	8.155.441	Acordo de Não Percecusão Cível - ANPC	22.d)	21.027	21.027	21.027	21.027
Total do ativo não circulante		1.624.269	1.535.429	9.962.772	9.343.552	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	23.504	26.218
						Outras contas a pagar		25.844	28.055	118.511	108.054
						Total do passivo não circulante		65.115	1.173.962	8.030.184	8.518.760
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	2.055.715	200.000	2.055.715	260.000
						Capital social		2.055.715 56.936	360.900 56.936	2.055.715 56.936	360.900 56.936
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		14.219	14.219	14.219	14.219
						Ações em tesouraria		(9.387)	(9.387)	(9.387)	(9.387)
						Prejuízos acumulados		(151.141)	(366.487)	(151.141)	(366.487)
						Total do patrimônio líquido		1.966.342	56.181	1.966.342	56.181
						·					
TOTAL DO ATIVO		3.489.032	1.558.026	14.257.480	11.093.640	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.489.032	1.558.026	14.257.480	11.093.640
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações	financeiras.										

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Controladora				Consolidado				
	Nota	Três mese	s findos em	Seis mese	s findos em	Três meses	findos em	Seis meses	findos em
	Explicativa	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	-	-	1.098.161	907.759	2.104.035	1.877.785
Custo dos serviços prestados	26	-	-	-	-	(675.893)	(584.971)	(1.232.969)	(1.112.532)
LUCRO BRUTO		-	-			422.268	322.788	871.066	765.253
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Despesas gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial Amortização do ágio sobre investimento Acordo de Leniência/Acordo de Não Persecução Cível - ANPC Outras receitas (despesas), líquidas	26 11.a) 11.c)	(7.358) 160.285 (129) - 167	(8.172) 122.538 (2.898) (46.782) 172	(13.988) 277.294 (257) - 349	(18.933) 258.779 (5.795) (46.782) 344	(62.315) (20) - - 3.189	(65.116) - - (46.782) (177)	(123.469) (20) - - 4.556	(135.889) - - (46.782) 1.627
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		152.965	64.858	263.398	187.613	363.122	210.713	752.133	584.209
RESULTADO FINANCEIRO Receitas financeiras Despesas financeiras	27 27	1.827 (27.431) (25.604)	2.645 (32.208) (29.563)	2.668 (50.720) (48.052)	4.210 (56.689) (52.479)	62.085 (228.065) (165.980)	15.697 (119.526) (103.829)	79.400 (489.520) (410.120)	38.314 (335.223) (296.909)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA								·	
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		127.361	35.295	215.346	135.134	197.142	106.884	342.013	287.300
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes Diferidos	14.b) 14.b)		<u> </u>	<u>-</u>		(67.511) (2.270) (69.781)	(76.767) 5.178 (71.589)	(145.500) 18.833 (126.667)	(175.979) 23.813 (152.166)
LUCRO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS LUCRO DO PERÍODO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		127.361	35.295	215.346	135.134	127.361	35.295	215.346	135.134
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		127.361	35.295	215.346	135.134	127.361	35.295	215.346	135.134
ATRIBUÍVEL A: Participação dos acionistas controladores		127.361	35.295	215.346	135.134	127.361	35.295	215.346	135.134
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28 28	0,22341	0,06325 0,06325	0,38177	0,24218 0,24218	0,22341	0,06325 0,06325	0,38177 0,38177	0,24218
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28 28	0,22341 0,22341	0,06325 0,06325	0,38177	0,24218 0,24218	0,22341	0,06325 0,06325	0,38177	0,24218 0,24218
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado				
	Três mese	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		s findos em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	127.361	35.295	215.346	135.134	127.361	35.295	215.346	135.134	
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	127.361	35.295	215.346	135.134	127.361	35.295	215.346	135.134	
ATRIBUÍVEL A: Acionistas controladores					127.361	35.295	215.346	135.134	
As notas explicativas são parte integrante das demonst	rações financeira	as.							

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

		Atribuível aos acionistas da Companhia Reservas de capital Reservas de lucros					Participação dos acionistas não controladores		
	<u>Nota</u> explicativa	Capital <u>social</u>	Reservas de capital, Opções Outorgadas e <u>Ações em tesouraria</u>	<u>Legal</u>	Orçamento de capital	Prejuízo <u>acumulado</u>	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio <u>líquido consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		360.900	36.950	46.140	196.821	(185.460)	455.351		455.351
Ações em tesouraria - exercício plano de opções de ações Lucro Líquido do período		-	24.818	-	-	- 135.134	24.818 135.134	-	24.818 135.134
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		360.900	61.768	46.140	196.821	(50.326)	615.303		615.303
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		360.900	61.768			(366.487)	56.181		56.181
Aporte de capital Lucro Líquido do período	24.a)	1.694.815 -	- -	-	-	- 215.346	1.694.815 215.346	-	1.694.815 215.346
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		2.055.715	61.768			(151.141)	1.966.342		1.966.342
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações fir	nanceiras.								

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Contro	Controladora		olidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	
RECEITAS					
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.677.736	1.417.387	
Com construção	-	-	411.153	462.464	
Portuárias	-	-	258.931	179.339	
Logística	-	-	18.743	19.202	
Acessórias e prestação de serviços intercompany	-	-	50.656	46.723	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos serviços prestados	- (4.500)	- (10.110)	(749.297)	(722.021)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.590)	(10.449)	(49.576)	(67.927)	
Outros	-	(46.782)	(109.801)	(126.231)	
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(4.590)	(57.231)	1.508.545	1.208.936	
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(503)	(843)	(330.694)	(269.428)	
AMORTIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	(257)	(5.795)	-	-	
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO					
PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(5.350)	(63.869)	1.177.851	939.508	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	2.668	4.210	79.400	38.314	
Resultado de equivalência patrimonial	277.294	258.779	(20)	-	
Outros	349	344	4.556	1.627	
	280.311	263.333	83.936	39.941	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	274.961	199.464	1.261.787	979.449	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	274.961	199.464	1.261.787	979.449	
Pessoal	8.749	7.503	220.499	183.425	
Remuneração direta	8.447	7.195	168.314	138.360	
Benefícios	204	200	40.284	36.512	
FGTS	98	108	11.901	8.553	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	330.050	320.047	
Federais	-	-	227.709	235.100	
Estaduais	-	-	3	-	
Municipais	-	-	102.338	84.947	
Remuneração de capitais de terceiros	50.866	56.827	495.892	340.843	
Juros	46.849	49.092	218.804	220.042	
Aluguéis	146	138	6.372	5.620	
Outros efeitos financeiros	3.871	7.597	270.716	115.181	
Remuneração de capitais próprios	215.346	135.134	215.346	135.134	
Lucro Líquido do período	215.346	135.134	215.346	135.134	

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Controla 30/06/2021	30/06/2020	Consol 30/06/2021	dado 30/06/2020
-	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/(Prejuízo) Líquido do período	215.346	135.134	215.346	135.134
Aiustaa para vaanailian a luera linuida				
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	503	843	330.694	269.428
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível Capitalização de juros	28	-	14.106 (30.948)	3.930 (22.995)
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e				
arrendamentos	47.138 42	54.424	378.017 21.609	272.700 5.174
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	12.901	5.153
Provisão para manutenção	-	-	63.054	60.380
Atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras	-	-	21.704 281	20.124 (51)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD Obrigações com Poder Concedente	-	-	39.888	34.525
Atualização monetária dos depósitos judiciais	=	(80)	(1.376)	(1.667)
Tributos diferidos	-	-	(18.833)	(23.813)
Provisão para imposto de renda e contribuição social Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-	-	145.500 (1.607)	175.979 (1.948)
Variação monetária com Poder Concedente	-	-	83.133	37.936
Atualização monetária aquisição/venda participação	(1.492)	(2.132)	1.062	(536)
Resultado de equivalência patrimonial	(277.294) 257	(258.779) 5.795	20	-
Amortização de ágio Juros ativos - mútuos	(71)	(96)	-	-
Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-				
ANPC Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	2.759 -	47.579 -	1.225 (47.081)	52.373 -
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	- (207)	- (20)	(38.392)	(3.193)
Partes relacionadas - clientes Tributos a recuperar	(207) 386	(20) 1.252	(1.258) (3.561)	2.637
Despesas antecipadas	(773)	(661)	(4.855)	(4.013)
Depósitos judiciais	28	(21)	1.498	(762)
Outros créditos	141	1.303	(22.266)	8.919
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	6.111	908	16.001	(2.983)
Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas - fornecedores	(511)	1.091 10	(330) 12.687	8.244 (19.988)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	125	(220)	1.903	27.470
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	(11.814)	(4.660)
Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-	-	(109.909) (43.005)	(52.210) (35.620)
Obrigações com Poder Concedente Outras contas a pagar	(2.208)	(440)	12.336	13.358
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(151.477)	(162.244)
Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	(0.602)	- (14.110)	(23.260)	(109.709)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.692)	(14.110)	862.993	687.072
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	(376)	(86)	(26.357) (407.787)	(29.999) (484.473)
Aquisição de intangível Aplicações financeiras	(2) 260	(5) 1.374	51.791	92.156
Aplicações financeiras - conta reserva	-	-	(10.273)	(14.521)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	41.001	90.000	-	-
Investimento em controladas - aportes de capital	(65.533) 147	(16.980) 80	146	80
Investimento em controladas - redução de capital Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	7.398	7.226	7.398	7.226
Outros Créditos - Conta reserva - Ecovias dos Imigrantes			(616.104)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(17.105)	81.609	(1.001.186)	(429.531)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(30.854)	(1.230.575)	(453.076)	(1.838.761)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(3.973)	(72.927) 1.212.416	(242.251) 1.087.150	(384.069)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures Obrigações com Poder Concedente	-	1.212.416	(43.762)	1.575.017 (41.833)
Partes relacionadas - mútuos	11	14	-	-
Aporte de Capital	1.694.815	-	1.694.815	-
Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101 Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - <i>stock options</i>	-	24.818	(5.462)	(4.282) 24.818
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	24.010	-	24.616
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	1.659.999	(66.254)	2.037.414	(669.104)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.633.202	1.245	1.899.221	(411.563)
Caiva o equivalentes de caiva ne início de període	5.818	15.275	1.342.219	1.856.248
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.639.020	16.520	3.241.440	1.444.685
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.633.202	1.245	1.899.221	(411.563)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
no notas expireduras são parte integrante das demonstrações inidiferias.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui dez concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa no 11.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de julho de 2021.

a) Impactos COVID-19

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e serviram para mitigar os impactos da pandemia temporariamente.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os covenants dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A Companhia criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionárias que possam realizar suas atividade fora das instalações da Companhia.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020"), publicadas no dia 11 de março de 2021 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2021 não tem impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	adora	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	
Caixa e bancos	15	16	22.681	24.510	
Aplicações financeiras:					
Fundo de investimento	653.494	5.625	2.140.021	1.122.319	
Operações compromissadas	34.914	-	46.260	6.965	
Certificado de depósito					
bancário CDB	950.471	-	1.022.495	171.694	
Aplicações automáticas	126	177	9.983	16.731	
	1.639.020	5.818	3.241.440	1.342.219	

Em 30 de junho de 2021, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Control	adora	Consolidado		
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	
Recursos não vinculados	-	260	-	51.791	

Em 30 de junho de 2021, não houve aplicações financeiras alocadas em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - CONSOLIDADO

	30/06/2021	31/12/2020
Fundo de investimento Certificado de depósito bancário (CDB)	102.719 36.650 139.369	88.201 39.288 127.489
Circulante Não circulante	71.187 68.182	62.532 64.957

Em 30 de junho de 2021, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/06/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico	179.487	147.389
Receitas acessórias	2.602	1.865
Recebíveis de portos	29.793	21.752
Outras contas a receber	17.965	20.449
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(8.129)	(7.848)
	221.718	183.607

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer Vencidos:	220.111	180.863
Até 30 dias	2.520	2.813
De 31 a 90 dias	913	1.752
De 90 a 120 dias	103	253
Acima de 120 dias	6.200	5.774
	229.847	191.455

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Saldo no início do período	7.848	5.855
Valores recuperados e baixados	(4.662)	(2.326)
Constituição de PECLD	4.943	2.275
Saldo no fim do período	8.129	5.804

9. OUTROS CRÉDITOS - CONTA RESERVA - ECOVIAS DOS IMIGRANTES

O valor de R\$616.104 foi alocado na conta garantia no âmbito do TAM nº 18/2021, celebrado entre a controlada Ecovias dos Imigrantes e o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.b).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Control	adora	Consoli	dado
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Natureza:				
Cível	63	66	8.639	8.606
Tributário	-	-	5.949	5.932
Trabalhista	-	25	21.911	23.297
Meio Ambiente	=	-	62.354	61.783
Desapropriações	-	-	23.805	23.806
THC2 - Terminal Handling Charge	-	-	83.727	83.083
Outros (Distribell S.A.)	2.575	2.575	2.575	2.575
	2.638	2.666	208.960	209.082

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS

a) Controladora

_	31/12/2020	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Equivalência patrimonial	30/06/2020
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(250.566)	-	-	229.225	1.127.616
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	65.000	-	46.009	216.171
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	457	=	(1.074)	63.599
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	_	(297)	13.648
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (i)	166	-	-	(146)	(20)	-
EIL-01 Participações Ltda.	359	-	-	-	3	362
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel	15.562	-	75	-	60	15.697
EIL 03 S.A. (ii)	-	-	1	(1)	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	-	3.362	76.712
Lucros não realizados - Eco101	(891)	-	-	_	26	(865)
<u>_</u>	1.420.826	(250.566)	65.533	(147)	277.294	1.512.940

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para consequente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de junho, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.
- (ii) Em 26 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência ta totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social da EIL03 S.A., para a sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, pelo valor do seu acervo líquido de R\$1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	30/06/2021		participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (*)	_	(20)	-	20%	-	166	(20)	-
				<u> </u>	-	166	(20)	

^(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para consequente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de junho, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2020	Amortização	30/06/2021
Ágio – Ecosul	2.697	(257)	2.440
Mais Valia – Anish	37.744	(237)	37.744
	40.441	(257)	40.184

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - % Taxa média ponderada de	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
depreciação - %	5,7	8,2	5,8	-	4,7	1,0	5,1	8,4	3,8	-
				CUSTO						
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
Adições	14.974	5.449	573	-	129	279	1.792	2.117	1.044	26.357
Baixas	(114)	(6.132)	(533)	-	=	=	(134)	=	(3.705)	(10.618)
Transferências	(44)	456	7	108	(60)	-	-	-	-	467
Saldos em 30/06/2021	463.775	316.928	26.782	108.406	95.946	259.182	24.176	35.302	18.535	1.349.032
			С	DEPRECIAÇ	ÃO					
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
Adições	(12.990)	(12.897)	(766)	-	(2.230)	(1.335)	(592)	(1.444)	(345)	(32.599)
Baixas	90	5.968	505	-	-	-	129	(54)	47	6.685
Transferências	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Saldos em 30/06/2021	(374.385)	(172.590)	(19.848)	-	(58.885)	(242.275)	(21.264)	(22.279)	(14.129)	(925.655)
				RESIDUA	<u>L</u>					
Em 30/06/2021	89.390	144.338	6.934	108.406	37.061	16.907	2.912	13.023	4.406	423.377
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083

Em 30 de junho de 2021, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rúbrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de junho de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %		_	20,0	-	_	-	_
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	4,5	-	-
			CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	596.695	-	6.933	256.946	=	17.348	877.922
Baixas	(1.127)	-	-	(6.288)	-	(2.758)	(10.173)
Transferências	344.483	-	5	(344.955)	-	· -	(467)
Saldos em 30/06/2021	12.101.991	8.561	183.871	1.021.499	1.598	88.455	13.405.975
		Al	MORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(277.922)	(257)	(5.274)	-	(36)	(14.606)	(298.095)
Transferências	(6)	-	-	-	4		(2)
Saldos em 30/06/2021	(4.427.426)	(5.985)	(155.768)	-	(1.038)	(51.132)	(4.681.349)
			RESIDUAL				
Em 30/06/2021	7.634.565	2.576	28.103	1.021.499	560	37.323	8.724.626
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de junho de 2021, as principais adições nesta rúbrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, outros e o montante de R\$418.846 revisão da taxa AVP do ônus de concessão da controlada Eco135.
- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2021 foram 4,72% a.a. (3,61% a.a. em 30 de junho de 2020).
- (c) As principais adições na rúbrica "Intangível em Andamento" no período de 2021 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

No período findo em 30 de junho de 2021, foram capitalizados R\$30.948 referentes a encargos financeiros (R\$22.995 em 30 de junho de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos - Consolidado

		Resultado			
	31/12/2020	Adições	Baixas	30/06/2021	30/06/2021
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.878	-	(176)	1.702	(176)
Ecocataratas	8.464	-	(4.616)	3.848	(4.616)
Ecopátio	2.602	-	(144)	2.458	(144)
Argovias	7.720	1.979	-	9.699	1.979
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas					
e tributárias	18.053	4.755	(1.129)	21.679	3.626
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	137.818	30.968	(3.923)	164.863	27.045
Provisão para manutenção	154.929	28.726	(36.888)	146.767	(8.162)
AVP ônus Concessão	26.955	10.931	(5.290)	32.596	5.641
Perdas estimadas em créditos de					
liquidação duvidosa - PECLD	722	348	(397)	673	(49)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(38.407)	=	1.670	(36.737)	1.670
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(70.067)	(10.269)	1.364	(78.972)	(8.905)
Outros	2.018	1.105	(181)	2.942	924
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	251.153	68.543	(49.710)	269.986	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					18.833

⁽i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Ecoponte, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado.

Em atendimento ao CPC 32 Tributos a Recuperar, item 73, registramos em 30 de junho de 2021 R\$270.713 no ativo não circulante e R\$727 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 252.704 no ativo não circulante e R\$ 1.551 no passivo não circulante).

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

	Contro	oladora	Conso	lidado
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro do período antes do imposto de renda e da				
contribuição social	215.346	135.134	342.013	287.300
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota				
combinada	(73.218)	(45.945)	(116.284)	(97.682)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(2.405)	(1.898)
Gratificações/PPR diretores	(606)	(302)	(1.128)	(877)
Equivalência patrimonial	94.280	87.985	(7)	-
Despesas indedutíveis	(5)	(6)	(172)	(200)
Amortização de ágio	(87)	(1.970)	14.435	3.552
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	577	691
Créditos tributários não constituídos (i)	(28.391)	(23.640)	(29.025)	(34.941)
Baixas créditos tributários anos anteriores	-	-	218	-
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(938)	(16.177)	(1.282)	(17.807)
Outros	8.965	55	8.406	(3.004)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(126.667)	(152.166)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	_	(145.500)	(175.979)
Impostos diferidos	=	-	18.833	23.813
Taxa efetiva	-	-	37,0%	53,0%

⁽i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares e Ecorodoanel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2021	30/06/2020		
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.970	13.382		
Despesa IR/CS DRE	145.500	175.979		
Total de IR/CS pagos	(151.477)	(162.244)		
Saldo no fim do período provisão IR/CS	18.993	27.117		

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

		C	ontro	ladora		Con	solid	ado
Modalidade		30/06/2	2021	31/12/20	20 3	30/06/202	1 3:	1/12/2020
Banco Nacional de Desenvolvimento Social -	BNDES		-		-	1.099.38	0	1.022.473
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO			-		-	418.04	7	413.661
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais -	BDMG		-		-	94.45	5	95.832
Notas Promissórias Comerciais - NP		1.256	.084	1.243.3	63	1.256.08	4	1.243.363
Cédula de Crédito Bancário - CCB			-		-		-	249.935
Outros			-		-	5	9	80
		1.256	.084	1.243.3	63	2.868.02	5	3.025.344
Circulante		1.256	.084	135.5	22	1.351.23	4	485.975
Não circulante			-	1.107.8		1.516.79		2.539.369
				2.207.0		2.020.75	_	
			Con	troladora			Cons	solidado
	30/0	6/2021	30,	/06/2020	30/0	06/2021	30/0	06/2020
				•		-		
Saldo no início do período	1.2	43.363		-	3.	025.344	1.3	382.290
Adições (*)		-	1	.212.416		121.104	1.!	575.066
Encargos financeiros (vide Nota								
Explicativa nº 27)		44.590		19.902		113.589		74.211
Pagamento principal	(3	30.000)		-	(3	31.287)	(35.746)
Pagamento de juros	. ((1.869)		_	((60.725)	į	39.321)
Saldo no fim do período	1.2	56.084	1	.232.318	2.	868.025		956.500
•								
Circulante	1 2	56.084		68.979	1	351.234	4	414.528
Não circulante		-	1	.163.339		516.791		541.972

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controlad	dora	Consolid	ado
_	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
2022	-	1.107.841	48.300	1.195.524
2023	_	-	93.762	91.494
2024	_	-	98.737	93.926
2025	-	-	102.986	97.749
2026	_	-	107.259	101.613
Posteriores a 2026	_	-	1.065.747	959.063
_	-	1.107.841	1.516.791	2.539.369

(*) As adições no período findo em 30 de junho de 2021 referem-se a:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecoponte

Liberação de R\$31.856 (R\$31.259 líquidos) dos subcréditos "B", "C" e "D" do financiamento da controlada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES em 25 de fevereiro de 2021.

Eco050

Liberação de R\$13.003 (12.957 líquidos) do contrato de financiamento FDCO junto à Caixa Econômica Federal em 02 de março de 2020.

Eco135

Liberação de R\$ 76.291 (74.859 líquidos) do subcrédito "B" do financiamento da controlada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES em 16 de abril de 2021.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos, exceto pelos índices das controladas Eco101 e Ecopistas, sendo este último amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços. Os índices apenas limitam distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

16. DEBÊNTURES

10. DEDENTORES						
	Controladora		Consol	idado		
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020		
Saldo no início do período	149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048		
Adições/(Custos antecipados)(*)	-	-	966.046	(49)		
Encargos financeiros (vide Nota						
Explicativa nº 27)	2.478	34.506	259.786	194.081		
Pagamento principal	-	(1.230.000)	(101.808)	(1.798.607)		
Pagamento de juros	(2.034)	(72.911)	(176.884)	(329.652)		
Saldo no fim do período	150.007	299.193	6.379.911	5.349.821		
_						
Circulante	150.007	150.350	1.980.481	1.295.710		
Não circulante	-	148.843	4.399.430	4.054.111		

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado						
_	3	0/06/2021			31/12/2020		
_	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2022	638.365	(7.185)	631.180	1.022.237	(12.699)	1.009.538	
2023	1.553.482	(8.234)	1.545.248	1.385.917	(7.716)	1.378.201	
2024	1.640.729	(3.863)	1.636.866	1.395.157	(3.701)	1.391.456	
2025	257.347	(2.704)	254.643	246.182	(2.704)	243.478	
2026	58.767	(2.362)	56.405	56.265	(2.362)	53.903	
Posteriores a 2026	282.745	(7.657)	275.088	271.204	(7.657)	263.547	
	4.431.435	(32.005)	4.399.430	4.376.962	(36.839)	4.340.123	

(*) As adições no período findo em 30 de junho de 2021 referem-se a:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecovias dos Imigrantes

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal será de 12 meses e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambos a partir da data de emissão. Em 10 de maio de 2021, ocorreu a liquidação das referidas debêntures.

Ecosul

Em 20 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, aprovou a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 370.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$370.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,65% a.a. O prazo de vencimento do principal será de 3 anos, contados da data da emissão e o pagamento da remuneração será realizado em duas parcelas anuais, e consecutivas devidas a partir do 2º ano contado da data de emissão. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a liquidação das referidas debêntures.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2 ^a 3 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida Dívida liquida/Ebtida ajustado	< 3,5x > 2,0x <4,00x	2,05 6,19 2,04
Ecopistas	1 ^a	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x < 4,0x ≤ 5,5x	44,09% 1,33 2,78 3,62
Ecorodovias Concessões	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda Ebitda /Despesa financeira líquida	<u><</u> 3,5x > 2,0x	3,08 2,38
	4a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	2,86
	6 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	2,91 2,52
	7 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,91
	8a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,86
	9a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,86
	10 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,86
Ecoponte	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	> 1,30x > 20%	2,24 31%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

O covenants não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo prédefinido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

171 / HALLING ALLINGS / LINGS HA	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	1.448	86	37.769	40.402
Circulante Não circulante	518 930	86 -	18.439 19.330	23.412 16.990

A movimentação dos arrendamentos a pagar está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
_				
Saldo no início do período	86	=	40.402	12.772
Adições	2.216	897	17.348	135.162
Encargos financeiros (vide Nota				
Explicativa nº 27)	70	16	4.642	4.408
Pagamento principal	(854)	(575)	(19.981)	(15.096)
Pagamento de juros	(70)	(16)	(4.642)	(4.408)
Saldo no fim do período	1.448	322	37.769	132.838

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PARTES RELACIONADAS

			Ativo			Resultado	
				Não d	circulante		Receita Juros
Controladora	Natureza		Circulante	Int	angível	Receita	de mútuo
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controlada diret	·a	416		_	_	_
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	Controlada indir		61		_	367	_
Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel	Controlada diret		80		-	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda.	Outras partes		-		5.364	_	71
Igli Brasil	Outras partes		23		-	-	-
Total em 30 de junho de 2021			580		5.364	367	71
Total em 31 de dezembro de 2020			373		5.304	715	150
Total em 30 de junho de 2020					_	344	96
			Ativo		Passivo	Resu	ıltado
						Receita de	
			Não circul	ante		Locação de	Custos e
Consolidado	Natureza	Circulante	Intangív	⁄el	Circulante	Imóveis	Despesas
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB							
Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas		- 3	1.471	10.152	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos	Outras partes relacionadas		-	304	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte	Outras partes relacionadas			5.051	338	-	-
Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	1.23		6.254	8.890	-	-
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas			2.113	266	-	-
Consórcio SP-070	Outras partes relacionadas		- 1	9.680	2.929	-	-
Crasa Infraestrutura e Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	_	1	48	-	-	-
Igli Brasil	Outras partes relacionadas		3	4 021	22 575		
Total em 30 de junho de 2021		1.25		4.921	22.575		
Total em 31 de dezembro de 2020			1 16	5.956	9.888		
Total em 30 de junho de 2020						344	297

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No período findo em 30 de junho de 2021, houve as movimentações abaixo:

Renovação dos contratos de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas que a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta para todas as empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos é de R\$306.163, com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Assinatura de um novo contrato da controlada indireta Eco050 com o Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., para prestação de serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$22.484 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de janeiro de 2022.

Não houve outras alterações significativas ou novas contratações de partes relacionadas no período findo em 30 de junho de 2021.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas do grupo em 30 de junho de 2021 estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/06/2021	31/12/2020
Ecorodovias Concessões Ecorodovias Infra Termares	Ecopistas Termares Ecoporto Santos	10/2010 11/2015 09/2015	03/2025 12/2021 12/2021	100% CDI + 1,20% a.a. 105,0% CDI 105,0% CDI	158.627 5.364 1.072	156.172 5.304 1.060
					165.063	162.536

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$14.955 (R\$13.297 para o período de 2020), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

	21/12/2020	Adição	D	Efeito	20/06/2021
-	31/12/2020	(custo)	Pagamento	financeiro	30/06/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26) Efeito do valor presente sobre	1.757.723	81.789	-	-	1.839.512
constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(361.198)	(18.735)	-	-	(379.933)
Realização da manutenção Ajuste a valor presente – realizações	(1.219.909)	-	(108.730)	-	(1.328.639)
(vide Nota Explicativa nº 27)	279.338	-	-	21.668	301.006
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	455.954	63.054	(108.730)	21.668	431.946
Circulante	262.142				219.080
Não circulante	193.812				212.866

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	Efeito Financeiro (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2021
Constituição da provisão para obras Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da construção Ajuste a valor presente – realizações (vide	141.691 (20.454) (105.877)	- - -	- - (1.179)	- - -	141.691 (20.454) (107.056)
Nota Explicativa nº 27) Atualização Monetária	19.267 5.088	- 1.704	-	36 -	19.303 6.792
•	39.715	1.704	(1.179)	36	40.276
Circulante	1.618				27.230
Não circulante	38.097				13.046

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

a) <u>Outorgas fixas e variáveis</u>

	30/06/2021	31/12/2020
Parcelas: Variáveis	2.004	2.178
Fixas	1.453.254	995.038
Verbas/Taxas de fiscalização	4.258	5.951
Outras	234	194
	1.459.750	1.003.361
Circulante	97.715	93.086
Não circulante	1.362.035	910.275

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

_	30/06/2021	30/06/2020
Saldo no início do período	1.003.361	908.823
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	39.888	34.525
Revisão taxa AVP (i)	418.846	-
Intangível	1.289	1.198
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota		
Explicativa nº 27)	83.133	37.936
Pagamento do principal _	(86.767)	(77.453)
Saldo no fim do período	1.459.750	905.029

(i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 12 Ajuste a Valor Presente uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%.

b) Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão ("TAM") - Ecovias dos Imigrantes

Em 30 de abril de 2021, após tratativas entre o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a controlada indireta Ecovias do Imigrantes ("Concessionária"), o Poder Concedente publicou no Diário Oficial que, em 30 de abril de 2021, celebrou com a Concessionária, com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP", e, em conjunto com Poder Concedente e Concessionária, "Partes"), o Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2021 ("TAM nº 18/2021") ao CONTRATO 007/CR/1998 ("Contrato de Concessão").

O TAM nº 18/2021 tem por objetivo fixar as premissas, inclusive de natureza financeira, que nortearão a celebração de um novo e subsequente termo aditivo e modificativo ("TAM Definitivo"), o qual, por sua vez, terá por finalidade o equacionamento das seguintes discussões entre as Partes: (i) encerramento de conflitos judiciais atualmente existentes entre as Partes; (ii) recomposição, por meio da extensão de prazo do Contrato de Concessão, de eventos de desequilíbrios reconhecidos pela ARTESP ("Passivos Regulatórios"); (iii) inclusão, ao Contrato de Concessão, de novos investimentos necessários à prestação do serviço público; (iv) alteração do índice de reajuste tarifário para o IPCA, a partir de 1º de julho de 2021 (que considera a variação acumulada do IPCA de maio/20 a maio/21), inclusive; e (v) disciplina de novas premissas e condições para reequilíbrio contratual decorrentes de eventos futuros ("Acordo").

No que diz respeito à extinção de conflitos judiciais referentes à execução contratual, o TAM nº 18/2021 inclui a ação judicial nº 1045799-02.2014.8.26.0053 ("Ação Anulatória"), que visa à anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 10/2006 ("TAM nº 10/2006"), que prorrogou o prazo contratual, de maio de 2018 para março de 2024, a título de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para o encerramento da Ação Anulatória no âmbito do TAM Definitivo, o desequilíbrio, que havia sido objeto do TAM nº 09/2006, foi recalculado pela ARTESP considerando as premissas estipuladas exclusivamente para fins de celebração do TAM Definitivo de TIR contratual de 20,59867% acrescido do tráfego real, que resultou em valor de R\$ 891,4 milhões, na data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, a ser equacionado mediante (i) pagamento ao Poder Concedente, por parte da Concessionária, por ocasião da celebração do TAM Definitivo, do valor de R\$ 613,0 milhões, (ii) abatimento da diferença de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão dos investimentos voltados para a conservação especial do sistema rodoviário para todo o período prorrogado de concessão, e (iii) manutenção do prazo contratual previsto no TAM nº 10/2006.

Como demonstração do firme compromisso da Concessionária em celebrar o TAM Definitivo e como contrapartida ao futuro encerramento da Ação Anulatória, a Concessionária antecipadamente depositará no âmbito do TAM nº 18/2021 o montante de R\$ 613,0 milhões em uma conta garantia de sua titularidade em banco de primeira linha, sendo que o Governo do Estado de São Paulo apenas estará autorizado a levantar esse valor se e quando for celebrado o TAM Definitivo.

Com relação à recomposição da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, em que serão considerados os Passivos Regulatórios e os novos investimentos a serem incorporados ao Contrato de Concessão, estima-se que, no caso de o TAM Definitivo vir a ser celebrado, o Contrato de Concessão terá o seu prazo estendido até março de 2033, considerando projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Merecem destaque as seguintes diretrizes do TAM nº 18/2021:

- Desequilíbrio decorrente da depreciação e Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo:
- (i) Depreciação: apurada até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M;
- (ii) Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo: apurados até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 20,59867% + IGP-M.
- O somatório dos desequilíbrios de ambos os itens "i" e "ii", acima, será corrigido a partir do ano atual e reequilibrado a partir de março de 2024, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M. Desequilíbrio a partir de 2018 decorrente da aplicação de reajuste parcial nos anos de

TIR contratual de 20,59867% + IGP-M ao ano até maio de 2024, inclusive; e

TIR de 8,2% + IGP-M, a partir de junho de 2024, para efeito de reequilíbrio, que se dará via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Desequilíbrio pela diferença entre os índices IGP-M e IPCA, entre julho de 2014 e julho de 2020:

TIR de 12,5%+ IGP-M, conforme TAM 15/2011;

2013 e 2014:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cálculo do desequilíbrio devido à redução tarifária acumulada desde 2014 e até julho de 2020, que representa o percentual de 10,9367% sobre a base tarifária, considerando o tráfego real estimado até 28/03/2024, será reequilibrado via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Novos investimentos Conservação especial durante o período de extensão do prazo contratual, os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária através de duas medidas: (i) abatimento do valor citado acima, de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão desses investimentos, e (ii) reequilíbrio do saldo do desequilíbrio devido à Concessionária via extensão de prazo, com TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 842,5 milhões, data base de julho de 2020, distribuídos até 2033, e será confirmado para a assinatura do TAM Definitivo.
- Novos investimentos Obras de melhorias e de aumento de capacidade entre o km 59 e o km 65 da SP 150 Conexão Porto/Cidade Santos (2ª fase do Sistema Binário), os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária:

Reequilíbrio via extensão de prazo, TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 254,3 milhões, data base de julho de 2020 e será confirmado para assinatura do TAM Definitivo.

- Novos investimentos - Obras de melhorias do trecho urbano de São Vicente no valor aproximado de R\$44 milhões sem reequilíbrio a favor da Concessionária.

No que diz respeito a eventos de desequilíbrio não contemplados ou posteriores a assinatura do TAM Definitivo, o TAM nº 18/2021 estipulou que a quantificação e recomposição desses desequilíbrios deverão observar a metodologia de fluxo de caixa marginal. Essa disciplina será confirmada no TAM Definitivo.

A Companhia reforça que o Acordo apenas se tornará eficaz mediante a celebração do TAM Definitivo, tendo o TAM nº 18/2021 a natureza de ajuste preliminar e preparatório para esse novo e subsequente aditamento.

c) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2021 (até o fim do prazo de concessão)						
	Natureza dos custos						
	Melhorias na	Conservação especial					
	infraestrutura	(manutenção)	Equipamentos	Total			
Ecovia	24.417	10.935	10.867	46.219			
Ecosul	51.684	115.267	41.296	208.247			
Ecovias	525.216	108.249	54.531	687.996			
Ecocataratas	42.838	43.072	10.265	96.175			
Ecopistas	51.261	546.205	258.768	856.234			
ECO101	1.344.793	628.230	392.183	2.365.206			
Ecoponte	221.656	185.542	95.320	502.518			
Eco050	513.417	1.495.943	15.244	2.024.604			
Eco135	866.420	1.101.679	53.696	2.021.795			
Ecovias do Cerrado	770.158	1.586.064	102.830	2.459.052			
Total	4.411.860	5.821.186	1.035.000	11.268.046			

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ato reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, por meio da Resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²) do Contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

<u>Acórdão 883/2020 - TCU</u>

Em de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A ("Ecosul"), sem que esta seja parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293(no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR 392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu as diretrizes contratuais e normativos vigentes. O processo aguarda o julgamento dos embargos opostos pela ANTT. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e anulação das decisões anteriores. Aguarda-se manifestação do TCU sobre o recurso da ANTT e manifestação da Ecosul.

<u>Pavimento</u>

Em 19 de maio de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres concluiu a apuração dos investimentos em recuperação e manutenção de pavimento pertinente ao cronograma de obras realizados no ano de 2018. A partir de então, a Agência Reguladora passou a adotar um novo entendimento quanto ao critério de fiscalização e aceitação das obras incluídas pelo 6º Aditivo ao Contrato, passando a exigir o atendimento integral ao projeto executivo aprovado no ano de 2014, independentemente do atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados no aditivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Como consequência da aplicação desse novo entendimento, a Agência Reguladora publicou em 02/09/2020 as Portarias nº 072/2020 e 076/2020, aplicando retroativamente o novo critério de apuração para as obras que haviam sido realizadas e aceitas em 2017 e 2016, respectivamente, o que implicou na postergação desses investimentos para o período anual de 2020. Seguindo a nova diretriz de fiscalização, os investimentos em recuperação e manutenção realizados no ano de 2019 também foram postergados para o período anual de 2020, por meio da Portaria nº 077/2020, publicada em 03/09/2020.

A adoção desse novo entendimento acarretou no apontamento de altos percentuais de inexecuções das obras realizadas entre os anos de 2016 a 2019, independentemente de seu atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados, cujas postergações poderão impactar negativamente a tarifa básica de pedágio em -3,17%. Também foram emitidas penalidades em face da Concessionária em relação às inexecuções do cronograma de obras de 2018, no valor de R\$ 1.510.155,15, às inexecuções do cronograma de obras de 2019, no valor de R\$ 2.334.060,30 e descumprimento do projeto executivo no valor de R\$ 614.300,40, cujas defesas ainda serão analisadas pela Agência reguladora.

A Concessionária apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, as quais não foram aceitas pela Agência Reguladora. Ato contínuo, em marco de 2021 a ANTT consolidou os efeitos desse novo entendimento no processo de revisão tarifária do corrente ano, para que seja aplicado o desconto de 3,17% na tarifa básica de pedágio. A Concessionária contestou o entendimento adotado pela ANTT no processo de revisão tarifária, que aguarda análise e conclusão pela Diretoria Colegiada da ANTT. Ademais, com o desfecho negativo da discussão na via administrativa e os potenciais impactos no processo de revisão tarifária, a Concessionária ajuizou em 22/03/2021 ação judicial em face da ANTT (Processo nº 1015421-95.2021.4.01.3400) em que objetiva, cautelarmente, suspender as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades iii) e pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requer a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato. O pedido liminar foi analisado pela Justiça Federal que reconheceu que a alteração de entendimento da ANTT contraria o Contrato de Concessão e "indica violação ao princípio da segurança jurídica, ofensa à confiança legítima, e desrespeito à estabilidade esperada no decorrer da relação contratual". Nesse sentido, concedeu totalmente o pedido de tutela e determinou que "a ANTT se abstenha, até a prolação da sentença, de exigir e/ou impor novas sanções à Ecosul com fundamento nos fatos sub judice, bem como se abstenha de exigir o refazimento das obras realizadas a partir do sexto aditivo".

c) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras de 2020.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término, em relação ao qual a Companhia estuda a possibilidade de transacionar com o Ministério Público e demais autoridades competentes a fim de encerrar o caso de forma definitiva.

23. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

A movimentação da provisão nos períodos é conforme seque:

_	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	20.005	1.087	517	21.609
(-) Pagamentos	-	(4.383)	(7.429)	(2)	(11.814)
(+) Atualização monetária	601	9.645	2.252	403	12.901
Saldos em 30 de junho de 2021	65.605	154.896	32.672	8.581	261.754

(a) Processos ambientais

As suas controladas possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam, em 30 de junho de 2021, o montante de R\$2.939 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O valor provisionado corresponde principalmente a ação civil pública, da controlada Ecovias dos Imigrantes, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 31 de dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de junho de 2021, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$62.354 (R\$61.783 em 31 de dezembro de 2020), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$581.043 em 30 de junho de 2021 (R\$1.041.419 em 31 de dezembro de 2020), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, apresentamos recurso, pendente de julgamento.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2021, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$41.975 (R\$45.709 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de junho de 2021, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$377.979 (R\$223.794 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A composição do capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

	30/06/2	2021	31/12/2020		
	Quantidade de	Quantidade de			
Acionistas	ações	Participação	ações	Participação	
Igli do Brasil Participações Ltda (i)	321.627.460	46,189%	-	-	
Primav Infraestrutura S.A. (i)	105.000.000	15,079%	357.504.226	63,988%	
IGLI S.p.A.	34.755.850	4,991%	27.879.084	4,990%	
Outros (free-float)	234.237.916	33,639%	172.602.772	30,894%	
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,128%	
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	558.699.080	100,000%	

(i) Conforme fato relevante, divulgado em 11 de março de 2021, ocorreu o "first closing" da operação da reestruturação societária da então controladora Primav Infraestrutura S.A., sendo que nesta data ocorreu a cisão parcial da Primav, com a versão de 232.504.226 ações ordinárias de emissão da Companhia para a Igli do Brasil Participações Ltda

Em reunião realizada no dia 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$1.720.439, por meio da emissão de 137.635.144 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2021, é de R\$2.055.715. (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 696.334.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$360.900 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 558.699.080 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2020	Aumento de Capital	30/06/2021
Capital Social Estatutário	381.050	1.720.439	2.101.489
Custos com emissão (ii)	(20.150)	(25.624)*	(45.774)
Capital Social	360.900	1.694.815	2.055.715

- (ii) Os custos com emissões de ações referem-se aos custos com transação, tais como: gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração dos serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores, etc), taxas e comissões, custos com transferência e custos de registro.
- (*) Gastos adicionais incorridos referentes aos esforços para novo funding no ano de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reservas de lucro, reservas de capital e ações em tesouraria

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucros, reservas de capital e ações em tesouraria

25. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

Receitas com arrecadação de pedágio Receitas com arrecadação de pedágio Receitas de construção 241.600 260.437 411.153 462.464 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas acessórias 25.063 21.734 50.656 46.723 Receitas bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 2.256.95		Três meses	findos em	Seis meses findos em		
Receitas com arrecadação de pedágio Receitas de construção Receitas de construção Receitas portuárias Receitas portuárias Receitas acessórias Receitas logística Receitas logística Receita bruta total Deduções de receita Receita líquida Receita líquida Receitas com arrecadação de pedágio Receita líquida Receitas logística Receita líquida Re						
Receitas de construção 241.600 260.437 411.153 462.464 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas acessórias 25.063 21.734 50.656 46.723 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receita bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas logística 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções <td< td=""><td>•</td><td>00,00,2022</td><td>00,00,00</td><td>00,00,1011</td><td>00,00,000</td></td<>	•	00,00,2022	00,00,00	00,00,1011	00,00,000	
Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas acessórias 25.063 21.734 50.656 46.723 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receita bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164)	Receitas com arrecadação de pedágio	848.438	638.251	1.677.736	1.417.387	
Receitas acessórias 25.063 21.734 50.656 46.723 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receita bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções 10.14.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (iii) (8.859) (6.992) (17.97) (14.770) ISS (iiii) (51.734)	Receitas de construção	241.600	260.437	411.153	462.464	
Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receita bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS	Receitas portuárias	130.005	92.776	258.931	179.339	
Receita bruta total 1.256.498 1.025.184 2.417.219 2.125.115 Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (iii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do re	Receitas acessórias	25.063	21.734	50.656	46.723	
Deduções de receita (102.680) (78.731) (204.348) (168.659) Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida Três meses findos em 30/06/2021 Seis meses findos em 30/06/2021 Seis meses findos em 30/06/2020 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) <	Receitas logística	11.392	11.986	18.743	19.202	
Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Receita bruta total	1.256.498	1.025.184	2.417.219	2.125.115	
Deduções do reconhecimento da receita (55.657) (38.694) (108.836) (78.671) Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)						
Receita líquida 1.098.161 907.759 2.104.035 1.877.785 Três meses findos em 30/06/2021 Seis meses findos em 30/06/2020 Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros – ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Deduções de receita	(102.680)	(78.731)	(204.348)	(168.659)	
Três meses findos em Seis meses findos em 30/06/2021 30/06/2020 30/06/2021 30/06/2020 Base de cálculo de impostos 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções (2006.065 1.662.651 1.662.651 1.662.651 1.662.651 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) (68.164) (77.0) 1SS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) 0utros – ICMS - - (3) - - - (3) - - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) (778) (778) (778) (778) (778)<	Deduções do reconhecimento da receita	`(55.657)	(38.694)	(108.836)	• •	
Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS -	Receita líquida	1.098.161	907.759	2.104.035	1.877.785	
Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS -	•					
Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS -		Três meses	findos em	Seis meses	findos em	
Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 Deduções 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	•					
Receitas com arrecadação de pedágio 848.438 638.251 1.677.736 1.417.387 Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Base de cálculo de impostos	,,		, ,		
Receitas portuárias 130.005 92.776 258.931 179.339 Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Receitas com arrecadação de pedágio	848.438	638.251	1.677.736	1.417.387	
Receitas logística 11.392 11.986 18.743 19.202 Receitas acessórias e intercompany 25.063 21.734 50.656 46.723 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Deduções Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)		130.005	92.776	258.931	179.339	
Deduções 1.014.898 764.747 2.006.066 1.662.651 Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Receitas logística	11.392	11.986	18.743	19.202	
Deduções (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros - ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Receitas acessórias e intercompany	25.063	21.734	50.656	46.723	
Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros – ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)		1.014.898	764.747	2.006.066	1.662.651	
Cofins (i) (41.513) (32.273) (83.063) (68.164) PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros – ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Deducões					
PIS (ii) (8.859) (6.992) (17.979) (14.770) ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros – ICMS - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Cofins (i)	(41.513)	(32.273)	(83.063)	(68.164)	
ISS (iii) (51.734) (39.308) (102.338) (84.947) Outros – ICMS - - - (3) - Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)						
Outros – ICMS – – (3) – Dedução do reconhecimento da receita (55.658) (38.694) (108.836) (78.671) Abatimentos (573) (158) (965) (778)	ISS (iii)				• •	
Abatimentos (573) (158) (965) (778)	Outros - ICMS	` -	` -		` -	
	Dedução do reconhecimento da receita	(55.658)	(38.694)	(108.836)	(78.671)	
(158.337) (117.425) (313.184) (247.330)	Abatimentos	(573)	(158)	(965)	(778)	
	_	(158.337)	(117.425)	(313.184)	(247.330)	

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

iii. Alíquota de média de 5,0%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado				
	Três meses	findos em	Seis meses findo em		Três meses findos em		Seis meses	findos em
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Pessoal	4.935	3.592	8.749	7.503	116.424	85.568	220.499	183.425
Conservação e manutenção e outros	379	408	385	408	47.440	32.173	88.725	65.048
Serviços de terceiros (i)	1.180	2.787	2.987	8.623	55.608	55.186	119.188	114.192
Seguros	306	311	600	606	6.168	4.325	11.744	8.751
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	=	-	-	20.014	17.019	39.888	34.525
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa								
nº 19)	-	-	-	-	30.982	29.312	63.054	60.380
Custo de construção de obras	-	-	-	-	241.600	260.437	411.153	462.464
Depreciações e amortizações (vide Nota								
Explicativa nº 12 e 13)	348	424	503	843	176.394	143.583	330.694	269.428
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	(178)	123	146	138	2.819	1.487	6.372	5.620
Outros custos e despesas operacionais	388	527	618	812	40.759	20.997	65.121	44.588
	7.358	8.172	13.988	18.933	738.208	650.087	1.356.438	1.248.421
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	_	-	-	-	675.893	584.971	1.232.969	1.112.532
Despesas gerais e administrativas	7.358	8.172	13.988	18.933	62.315	65.116	123.469	135.889
·	7.358	8.172	13.988	18.933	738.208	650.087	1.356.438	1.248.421

⁽i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

_	Controladora				Consolidado			
	Três meses	findos em	Seis meses	findos em	Três meses	findos em	Seis meses	findos em
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	780	1.534	807	1.855	13.649	12.836	21.128	32.104
Juros sobre mútuos	44	41	71	96	-	-	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	-	-	-	80	801	744	1.376	1.667
Atualização monetária venda Elog	712	1.053	1.492	2.132	712	1.053	1.492	2.132
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	42.677	-	50.484	-
Outras	291	17	298	47	4.246	1.064	4.920	2.411
<u>-</u>	1.827	2.645	2.668	4.210	62.085	15.697	79.400	38.314
Despesas financeiras:								_
Juros sobre debêntures	(1.355)	(8.518)	(2.189)	(29.174)	(76.842)	(68.775)	(139.204)	(164.658)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.186)	(19.902)	(44.590)	(19.902)	(55.330)	(46.850)	(105.906)	(73.971)
Variação monetária sobre debêntures	<u>-</u>	· -	-	-	(50.245)	24.038	(111.820)	(17.070)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(145)	(2.623)	(289)	(5.332)	(4.191)	(5.998)	(8.762)	(12.353)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	(16.099)	(7.829)	(83.133)	(37.936)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e								
provisão de obras	-	-	-	-	(10.852)	(9.991)	(21.704)	(20.124)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e								
financiamentos	-	-	-	-	(4.175)	102	(7.683)	(240)
Juros capitalizados	=	-	=	=	15.469	10.966	30.948	22.995
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(89)	(139)	(145)	(229)	(4.393)	(2.756)	(6.633)	(5.673)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(12)	-	(12)	(80)	(9.314)	(2.520)	(12.901)	(5.324)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(69)	(6)	(70)	(16)	(2.620)	(2.182)	(4.642)	(4.408)
Outras	(1.575)	(1.020)	(3.425)	(1.956)	(9.473)	(7.731)	(18.080)	(16.461)
•	(27.431)	(32.208)	(50.720)	(56.689)	(228.065)	(119.526)	(489.520)	(335.223)
<u>-</u>								
Resultado financeiro, líquido	(25.604)	(29.563)	(48.052)	(52.479)	(165.980)	(103.829)	(410.120)	(296.909)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro básico – resultado do período Lucro diluído – resultado do período	0,38 0,38	0,24 0,24
Lucro básico – resultado de operações continuadas Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,38 0,38	0,24 0,24
a) <u>Lucro básico por ação</u>		
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	215.346	135.134
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	215.346	135.134
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	564.782	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	(713) 564.069	(713) 557.986
Lucro básico por ação - R\$	0,38	0,24
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,38	0,24
b) <u>Lucro diluído</u>		
	30/06/2021	30/062020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	215.346	135.134
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	215.346	135.134
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	564.069	557.986
Plano Executivo de opção de compra de ações	-	-
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	564.069	557.986
Lucro diluído por ação - R\$	0,38	0,24
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,38	0,24

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	Controla	dora	Consolidado		
_	30/06/2021 31/12/2020		30/06/2021	31/12/2020	
				_	
Dívida (i)	1.407.539	1.393.012	10.745.455	9.501.878	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações					
financeiras – conta reserva	(1.639.020)	(5.818)	(3.380.809)	(1.469.708)	
Dívida líquida	(231.481)	1.387.194	7.364.646	8.032.170	
Patrimônio líquido (ii)	1.966.342	56.181	1.966.342	56.181	
Índice de endividamento líquido	(0,12)	24,69	3,75	142,97	

⁽i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 15, 16, 17 e 21.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,7% do CDI em 30 de junho de 2021 (102,5% em 31 de dezembro de 2020), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2021 são como segue:

⁽ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

_	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	22.681	22.681
Clientes (i)	Custo amortizado	221.718	221.718
Aplicações financeiras e aplicações			
financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	3.358.128	3.358.128
Outros créditos – conta reserva –	Valor iveta através de recultado	616 104	616 104
Ecovias dos Imigrantes (vi)	Valor justo através do resultado	616.104	616.104
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	151.522	151.522
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	2.868.025	2.791.067
Debêntures (iii)	Custo amortizado	6.379.911	5.604.098
Arrendamentos a pagar(iii)	Custo amortizado	37.769	37.769
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	1.459.750	2.469.434
Phantom Stock Option (v)	Custo amortizado	10.441	10.441

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.
- (vi) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a garantia do aditivo do contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes e aproxima-se do valor justo na data do balanço.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que está se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pósfixadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$121.245 (R\$96.867 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Próximos	Entre 13 e	Entre 25 e	37 meses
Modalidade	12 meses	24 meses	36 meses	em diante
Debêntures	2.828.464	1.362.095	2.718.152	1.945.101
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	144.755	143.694	141.749	1.261.248
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	45.913	45.234	44.572	548.394
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	9.104	9.104	9.104	132.009
Obrigações com Poder Concedente	87.027	94.037	101.613	7.387.833
Finame	45	15	-	-
Notas Promissórias	1.400.847	-	-	-
Cédula de Crédito Bancária - CCB	22.992	170.569	231.578	-
Arrendamentos a pagar	6.883	4.778	2.020	5.651
	4.546.030	1.829.526	3.248.788	11.280.236

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pósfixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IPCA, principais indicadores das debêntures, dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras contratados pela Companhia e por suas controladas:

	_	Juros a incorrer		
	_	Cenário I	Cenário II	Cenário
Operação	Risco	provável	-25%	III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	164.168	205.210	246.252
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(418.412)	(465.980)	(513.280)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(218.134)	(229.900)	(241.581)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(2.787)	(3.484)	(4.181)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(15.028)	(15.217)	(15.405)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(103.210)	(146.665)	(197.012)
Juros sobre NP (Nota Promissória) (a)	Alta do CDI	(191.780)	(206.538)	(221.236)
Juros a incorrer, líquidos	- -	(785.183)	(862.574)	(946.443)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	6,41%	8,02%	9,62%
IPCA (b)	3,54%	4,42%	5,30%
TJLP (c)	5,00%	6,25%	7,50%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - junho/2021.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04, Argovias Participações e as "*Holdings*" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "*Holding*" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. O Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/06/2021	30/06/2020
Concessões rodoviárias	82,70%	88,86%
<i>"Holding"</i> e serviços	11,52%	6,34%
Portos	5,07%	3,94%
Logística	0,71%	0,86%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2021. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logistica Holding estringos Eliminações Consolidado consolidado de serviços Ativo 11.090.686 499.819 81.320 10.020.549 (7.434.894) 14.257.480 Ativo circulante 11.835.135 76.812 26.057 3.056.656 (699.952) 4.294.708 Ativo não circulante 9.255.551 423.007 55.263 6.963.893 (6.734.942) 9.962.772 Passivo 11.090.686 499.819 81.320 10.020.549 (7.434.894) 14.257.480 Passivo circulante 2.092.840 149.616 2.788 2.715.660 (699.950) 4.260.954 Passivo não circulante 5.375.557 120.385 1.820 3.429.645 (897.223) 8.030.184 Patrimônio líquido 6.008.828 7.0712 3.875.244 (58.37.21) 1.966.422 Resultado Concessões Portos Logistic Paloling estriços Eliminações Consolidado Receital líquida 1.869.623 114.533 16.1							30/06/2021
Ativo 11.090.686 499.819 81.320 10.020.549 (7.43a.894) 14.257.480 Ativo circulante 1.835.135 76.812 26.057 3.056.656 (699.952) 4.294.708 Ativo circulante 9.255.551 423.007 55.263 6.963.893 (6.734.492) 9.962.772 Passivo 11.090.686 499.819 81.320 10.020.549 (7.43a.894) 14.257.480 Passivo circulante 2.092.840 149.616 2.788 2.715.660 (699.950) 4.260.954 Passivo año circulante 5.375.557 120.385 1.820 3.429.645 (897.223) 8.030.184 Patrimônio líquido 7.600.6858 Portos Logistic Holding e serviços Eliminaçõe 5.006/202 1.966.042 1.161.016 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000 2.000.000		Concessões			Holding e		
Ativo niculante 1.835.135 76.812 de 30.97 26.057 de 30.956.656 (6.99.952) de 30.972 4.234.078 de 30.972 Ativo não circulante 9.255.551 423.007 55.263 6.963.893 (6.734.942) 9.962.772 Passivo circulante 2.092.840 149.616 2.788 2.715.660 (699.950) 4.260.954 Passivo não circulante 5.375.557 120.385 1.820 3.429.645 (897.223) 8.030.184 Patrimônio líquido 3.622.289 229.818 76.712 3.872.44 (5.837.721) 1.966.342 Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) 163.810) 86.592 (1.23.2699) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.411 (123.469) Cutras receitas/despesas 31114 704 967 </td <td>Balanço Patrimonial</td> <td>Rodoviárias</td> <td>Portos</td> <td>Logística</td> <td>serviços</td> <td>Eliminações</td> <td>Consolidado</td>	Balanço Patrimonial	Rodoviárias	Portos	Logística	serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo niculante 1.835.135 76.812 de 30.97 26.057 de 30.956.656 (6.99.952) de 30.972 4.234.078 de 30.972 Ativo não circulante 9.255.551 423.007 55.263 6.963.893 (6.734.942) 9.962.772 Passivo circulante 2.092.840 149.616 2.788 2.715.660 (699.950) 4.260.954 Passivo não circulante 5.375.557 120.385 1.820 3.429.645 (897.223) 8.030.184 Patrimônio líquido 3.622.289 229.818 76.712 3.872.44 (5.837.721) 1.966.342 Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) 163.810) 86.592 (1.23.2699) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.411 (123.469) Cutras receitas/despesas 31114 704 967 </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>							
Passivo Pass	Ativo	11.090.686	499.819	81.320	10.020.549		14.257.480
Passivo 11.090.686 499.819 81.320 10.020.549 7.434.894 14.257.480 Passivo circulante 2.092.840 149.616 2.788 2.715.660 (699.950 4.260.954 Passivo não circulante 5.375.557 120.385 1.820 3.429.645 (897.223) 8.030.184 Patrimônio líquido 3.622.289 229.818 76.712 3.875.244 (897.223) 1.00.818 Recultado 2.000.000 1.000.000	Ativo circulante	1.835.135	76.812	26.057	3.056.656	(699.952)	4.294.708
Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido 2.09.840 5.375.5577 149.616 120.385 2.788 1.820 2.715.660 3.429.645 (699.950) (897.223) 4.260.954 8.030.84 Patrimônio líquido 3.622.289 229.818 76.712 3.875.244 (5.837.721) 1.966.342 Resultado Concessões Portos Logístic a serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despessas gerais e administrativas 105.669 (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Autorização de investimentos 2 - - 1.95 1.39 (368) 4.556 Cutros precistas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalenção pa	Ativo não circulante	9.255.551	423.007	55.263	6.963.893	(6.734.942)	9.962.772
Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido 2.09.840 5.375.5577 149.616 120.385 2.788 1.820 2.715.660 3.429.645 (699.950) (897.223) 4.260.954 8.030.84 Patrimônio líquido 3.622.289 229.818 76.712 3.875.244 (5.837.721) 1.966.342 Resultado Concessões Portos Logístic a serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despessas gerais e administrativas 105.669 (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Autorização de investimentos 2 - - 1.95 1.39 (368) 4.556 Cutros precistas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalenção pa							
Passivo não circulante Patrimônio líquido 3.622.899 229.818 76.712 3.429.645 (5.837.23) 8.030.184 Patrimônio líquido 3.622.899 229.818 76.712 3.875.244 (5.837.21) 1.966.342 1.966.3	Passivo					. ,	
Patrimônio líquido 3.622.899 229.818 76.712 3.875.244 (5.837.721 1.966.342						` ,	
Resultado Concessões Portos Logístic serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.513 31.862 6.208 96.622 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.885) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos 1 7 7.952 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>. ,</td> <td></td>						. ,	
Resultado Concessões Portos Logístic a serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Outras receitas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes 0 (265.419) 35.298 62 (180.061) - 752.133 Resultado financeiro 439.370 45.712 3.862	Patrimônio líquido	3.622.289	229.818	76.712	3.875.244	(5.837.721)	1.966.342
Resultado Concessões Portos Logístic a serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Outras receitas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes 0 (265.419) 35.298 62 (180.061) - 752.133 Resultado financeiro 439.370 45.712 3.862							
Resultado Concessões Portos a serviços Eliminações Consolidado Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despessas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos - - (7.952) 7.952 <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>30/06/2021</td>							30/06/2021
Receita líquida 1.869.623 114.533 16.116 260.482 (156.719) 2.104.035 Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos - - - (7.952) 7.952 - - 0.7952 7.952 - - 0.000 (368) 4.556 4.556 6 2000 1.39 (368) 4.556 4.556 1.000<				Logístic	Holding e		
Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despessa gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos 31.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro 704.789 10.414 3.790 622.915 (589.775) 752.133 Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (401.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - 215.346 Resultado das operações descontinuadas - - -<	Resultado	Concessões	Portos	a	serviços	Eliminações	Consolidado
Custo dos serviços prestados (1.063.172) (82.671) (9.908) (163.810) 86.592 (1.232.969) Lucro bruto 806.451 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despessa gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos 31.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro 704.789 10.414 3.790 622.915 (589.775) 752.133 Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (401.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - 215.346 Resultado das operações descontinuadas - - -<							
Lucro bruto 806.45Í 31.862 6.208 96.672 (70.127) 871.066 Despesas gerais e administrativas (105.669) (22.152) (3.385) (48.704) 56.441 (123.469) Amortização de investimentos - - - (79.52) 7.952 - Outras receitas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes 0 resultado financeiro 704.789 10.414 3.790 622.915 (589.775) 752.133 Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (410.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) Resultado das operações (200.44) 45.712 3.362 461.183	•					,	
Despesas gerais e administrativas	, ·	,	,	` ,	` ,		` ,
Amortização de investimentos -						,	
Outras receitas/despesas 3.114 704 967 139 (368) 4.556 Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20) Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro 704.789 10.414 3.790 622.915 (589.775) 752.133 Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (410.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) Resultado das operações 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações 462.01 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações 485.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Lucro líquido/(Prejuízo) do período 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775)	. 5	(105.669)	(22.152)	(3.385)	,		(123.469)
Equivalência patrimonial 893 - - 582.760 (583.673) (20)	3	2 11 4	70.4	-			4 556
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro 704.789 10.414 3.790 622.915 (589.775) 752.133 Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (410.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado (Prejuízo) do período 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 45.712 45.71			/04	967		` ,	
Desilitado financeiro Concessões Desilitado (Concessões Concessões Rodoviárias Concessões		893	-	-	582.760	(583.673)	(20)
Resultado financeiro (265.419) 35.298 62 (180.061) - (410.120) Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas 1.000		704 790	10 414	2 700	622.015	(E90 77E)	752 122
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas							
dos impostos 439.370 45.712 3.852 442.854 (589.775) 342.013 Imposto de renda e contribuição social (144.506) - (490) 18.329 - (126.667) (126.667) Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas - - - - - - -		(203.413)	33.230	02	(100.001)		(410.120)
Imposto de renda e contribuição social (144.506)		439.370	45.712	3.852	442.854	(589.775)	342.013
social Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas descontinuadas -		1031070	.0., 12	3.032		(3031,73)	3 121010
Resultado das operações continuadas 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Resultado das operações descontinuadas		(144.506)	=	(490)	18.329	_	(126.667)
Resultado das operações descontinuadas 2 2 2 3 2 461.183 (589.775) 215.346 Lucro líquido/(Prejuízo) do período 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Berviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo não circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760		,		,			,
descontinuadas Lucro líquido/(Prejuízo) do período 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Holding e serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	continuadas	294.864	45.712	3.362	461.183	(589.775)	215.346
Lucro líquido/(Prejuízo) do período 294.864 45.712 3.362 461.183 (589.775) 215.346 Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Logística Holding e serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	Resultado das operações						
Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Serviços Holding e serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760		-	-	-	-	-	-
Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Holding e serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	Lucro líquido/(Prejuízo) do período	294.864	45.712	3.362	461.183	(589.775)	215.346
Balanço Patrimonial Concessões Rodoviárias Portos Logística Holding e serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760							21/12/2020
Balanço Patrimonial Rodoviárias Portos Logística serviços Eliminações Consolidado Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760							31/12/2020
Ativo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760						~	
Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	Balanço Patrimonial	Rodoviarias	Portos	Logistica	serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo circulante 1.331.609 61.052 18.683 851.320 (512.576) 1.750.088 Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760		0.065.057	440.6	04 76 40	7.657.652	(6.055.602)	11 002 640
Ativo não circulante 8.534.248 388.629 57.448 6.806.333 (6.443.106) 9.343.552 Passivo 9.865.857 449.681 76.131 7.657.653 (6.955.682) 11.093.640 Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760							
Passivo Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760						,	
Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	Ativo não circulante	8.534.248	388.6	29 57.448	6.806.333	(6.443.106)	9.343.552
Passivo circulante 1.478.446 209.964 1.451 1.341.415 (512.577) 2.518.699 Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	Descive	0.065.057	440.6	01 76 12	7 657 652	(6 OEE 602)	11 002 640
Passivo não circulante 4.791.668 120.610 1.330 4.489.824 (884.672) 8.518.760	_						
ratrimonio ilquido 3.595.743 119.107 /3.350 1.826.414 (5.558.433) 56.181							
	rati il lotto ilquido	3.393.743	119.10	J/ /3.350	1.820.414	(3.338.433)	20.181

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

						30/06/2020
Resultado	Concessões	Portos	Logística	<i>Holding</i> e serviços	Eliminações	Consolidado
resuredo	CONCESSOES	1 01 00	Logistica	301 V 1903	Emmagees	Consolidado
Receita líquida	1.699.609	75.420	16.472	218.230	(131.946)	1.877.785
Custo dos serviços prestados	(1.060.153)	(60.040)	(8.570)	(66.281)	82.512	(1.112.532)
Lucro bruto	639.456	15.380	7.902	151.949	(49.434)	765.253
Despesas gerais e administrativas	(97.356)	(23.290)	(3.200)	(56.153)	44.110	(135.889)
Amortização de investimentos	-	-	-	(13.693)	13.693	-
Outras receitas/despesas	1.714	8	70	(48.419)	1.472	(45.155)
Equivalência patrimonial	-	=	-	575.656	(575.656)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
do resultado financeiro	543.814	(7.902)	4.772	609.340	(565.815)	584.209
Resultado financeiro	(158.354)	(10.425)	72	(128.202)	-	(296.909)
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
dos impostos	385.460	(18.327)	4.844	481.138	(565.815)	287.300
Imposto de renda e contribuição social	(162.958)	1.350	(830)	15.414	(5.142)	(152.166)
Resultado das operações	(102.936)	1.550	(650)	13.414	(3.142)	(132.100)
continuadas	222.502	(16.977)	4.014	496.552	(570.957)	135.134
Resultado das operações		(,			(,	
descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do período	222.502	(16.977)	4.014	496.552	(570.957)	135.134

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa n^0 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transação que não envolvem caixa

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Transação	30/06/2021	30/06/2021
	<u> </u>	
Direito de uso - CPC 06 (R2)	2.216	17.348
Ajuste a Valor Presente Onus Concessão	-	418.846

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 01 de julho de 2021 a controlada Ecovias dos Imigrantes, assinou aditivo ao Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP"), que estabelece que os valores relativos ao desconto tarifário (R\$150.000), poderão ser convertidos, total ou parcialmente, em pagamentos ao Estado de São Paulo, em 8 parcelas anuais, caso essa seja a preferência do Estado de São Paulo. Os efeitos econômicos e financeiros do acordo se iniciarão após homologação judicial, prevista em um prazo de 3 a 9 meses a contar da assinatura do aditivo.